



1318809



00135.217689/2020-36

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS****Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente****ATA DA 288ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CONANDA**

Às nove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte, deu-se início à Ducentésima nonagésima oitava Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de forma virtual, através da plataforma Teams. Estavam presentes A Presidente do Conanda Iolete Ribeiro da Silva, representando o Conselho Federal de Psicologia – CFP, a conselheira Catarina de Santana Silva representando a Fundação Fé e Alegria do Brasil, o conselheiro suplente, Renato Cesar Ribeiro Bonfim representando Casa de Cultura ILE ASÉ D'OSOGUIÁ, o conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger, representando o Centro de Educação e Cultura Popular-CECUP, o conselheiro Esequiel Roque do Espírito Santo, representando a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a conselheira Deila Nascimento Martins Cavalcanti, representando o Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares – GAJOP, o conselheiro suplente Adriano de Holanda Ribeiro representante da Associação Nacional Criança Não é de Rua, Débora da Silva Azevedo representante da Secretaria Especial da Cultura (Ministério do Turismo), a conselheira, Thais Nascimento Dantas representante do Instituto ALANA, a conselheira, suplente, Heloisa de Souza Dantas representante da Associação Fazendo História, o conselheiro, Marco Antônio Soares representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, o conselheiro, Antônio Lacerda Souto representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, o conselheiro suplente Eduardo de Carvalho Mota representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a conselheira, Regina Coeli Calil Lustoza leão representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a conselheira Raquel Tavares Vieira Jhon representante do Ministério da Educação, o conselheiro suplente, Agnaldo Engel Knevez, representante do Conselho Federal De Serviço Social – CFESS, a conselheira suplente, Mariléia Silva Paula da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a conselheira Edna Aparecida Alegro, representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, a conselheira Ariadyne Pereira Acunha representante da Associação Internacional Maylé Sara Kalí, o conselheiro suplente, Eduardo Araújo Nepomuceno representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a conselheira e vice-presidente do Conanda, Petrucia de Melo Andrade representando a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a conselheira suplente, Débora Nogueira Beserra da Secretaria Especial da Fazenda (Ministério da Economia), o conselheiro, Luiz Eduardo Rodrigues Alves representando a Casa Civil, a conselheira suplente, Glicia Thais Salmeron de Miranda representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a conselheira suplente, Marta Volpi representando a Fundação ABRINQ Pelos Direitos da Criança e do Adolescente, o conselheiro suplente Patrick James Reason representando o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, a conselheira suplente, Marcela Siqueira Rolim representando a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (Ministério da Cidadania), a conselheira Ana Angélica Campeo de Albuquerque e Melo representando a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (Ministério da Cidadania). Fizeram presentes também os convidados, Maria Izabel da Silva consultora da FLACSO.

A presidente inicia a reunião após a chamada oficial dos presentes, apresentado a pauta do dia.

PAUTA:**18/08 (terça-feira) – Plenária da 288ª Assembleia Ordinária do Conanda**

Local: Reunião Virtual - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

09:00hs - Abertura e aprovação da Pauta;

Informes da Secretaria Executiva e da Presidência;

Aprovação do Pleno sobre a nomeação do Secretário Executivo do CONANDA (Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro).

Relato - Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP

Seguindo a pauta, a presidente Iolete passa a oportunidade ao Lucas para que se apresente aos demais. O Secretário Executivo do Conanda, Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, expressou a alegria e honra de estar fazendo parte do Conanda como secretário executivo inicia um breve relato curricular sobre sua trajetória no Ministério e falou ainda de suas intenções sobre o que pretende em sua gestão na secretaria executiva do Conanda. Fez questão de enfatizar que traz uma pauta pessoal no diálogo, articulação e pela conversa com a sociedade civil. Iniciou no Ministério ainda na Secretaria Executiva dos Conselhos, Foi um dos responsáveis pela articulação inicial para a vinda do Conselho

Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do antigo MDSA para o MMFDH, foi coordenador do curso de mediação social de conflitos, dialogando com as forças de segurança citando como exemplo a intervenção federal do Rio de Janeiro no ano de dois mil e dezoito, por quatro vezes esteve em diálogo com a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o Exército Brasileiro quando fez garantia da lei e da ordem sempre na capacitação de direitos humanos para os agentes de segurança, foi um dos primeiros servidores do MMFDH a estar em Pacaraima-Roraima com o intuito de dialogar com a prefeitura de lá coibindo os atos de xenofobia contra os Venezuelanos que estavam atravessando a fronteira na época, sua experiência mais recente no MMFDH, foi como chefe da Assessoria Parlamentar Substituto antes de assumir o cargo atual. Discorreu sobre as atribuições do secretário executivo do Conanda conforme reza o seu Regimento Interno, Fez menção da chegada de duas servidoras de carreira para ficar exclusivamente para o Conanda sendo; uma jornalista e uma advogada. Falou também sobre sua experiência no congresso, como servidor da câmara dos deputados, como mais um diferencial no desenvolvimento de um trabalho conjunto de articulação no congresso nacional referente as pautas voltadas para a criança e o adolescente. Finalizou sua fala agradecendo a presidente e os demais pela oportunidade de fala. A presidente Iolete agradeceu ao Lucas por sua apresentação e abriu ao s demais conselheiros para fazerem uso da palavra. Com a palavra o conselheiro Marco Antonio, disse ser uma missão valorosa a função de secretário executivo do Conanda, que tal função é para o conselho dentro do que tiver no regimento e o que for deliberado pelos conselheiros deve ser pautado pelo regimento para não haver equívocos ou indução do conselho ao erro pois erros custam caro, causam muitos transtornos e quedas de braços desnecessárias, que estão à disposição para ajudar em sua gestão tendo várias formas de contribuições, que o que for deliberado pelos conselheiros deve ser feito o máximo de empenho para seja executado, que a pressa nesse caso é por que as crianças e adolescentes do país precisam de resultados rápidos, que cem por cento das crianças e adolescentes dependem das decisões do Conanda nos Estados e Municípios, desejou boa sorte ao Lucas e continuou fazendo algumas observações a respeito das eleições do Conanda e sobre os servidores da secretaria executiva do Conanda, que é fundamental o zelo quanto o assédio moral ou outra linha e perspectiva, pois por defenderem direitos humanos é imprescindível que os servidores sejam tratados adequadamente, quanto mais pessoas trouxer para somar ao conselho é muito bem-vindo, desejou boa sorte e que fique firme nas palavras. Com a oportunidade o conselheiro Esequiel parabenizou o Lucas e ao Conanda pela presença do Lucas pelo seu trabalho, comprometimento e trabalhos já realizados na temática de direitos humanos e criança e adolescente. Com a palavra o conselheiro Lacerda também iniciou a fala desejando boas vindas ao Lucas, que pode sempre contar com a sociedade civil, dissertou sobre a lei que criou o Conanda e sobre a participação da sociedade na criação da constituição Brasileira como uma das maiores conquistas do povo Brasileiro, falou da importância de ter o apoio da sociedade civil durante sua gestão, concordou com as palavras do conselheiro Marco Antonio e pediu muito cuidado na política em relação ao que se refere ao método, explicou sobre participação que em sua definição é ter o que dizer e ser levado em conta, assim como os conselhos devem ser levados em conta, disse que concorda com sua permanência na Secretaria executiva do Conanda, falou sobre a importância dos conselheiros participarem dessa seleção e desejou boa sorte ao Lucas. Com a palavra a conselheira Thais, também expos sua opinião sobre a nova gestão da Secretaria executiva do Conanda, a importância do compromisso com o regimento interno do Conanda, ressaltou a importância da produção da Secretaria executiva do Conanda sempre dentro do que é propagado pelos conselheiros e não por decisões pessoais, pediu atenção quanto aos fluxos devidos ter havido situações em que os fluxos foram ignorados não havendo o conhecimento adequado de todo o pleno principalmente da presidência do Conanda, Com a oportunidade o conselheiro Renato iniciou desejando sorte e que não se deve deixar quebrar o regimento interno, chamou a atenção em relação ao diálogo com respeito a diversidade, o combate a discriminação étnico racial pois é um tema que muito incomoda e tem assolado o país com números assustadores principalmente na parte religiosas, pediu atenção aos debates que as vezes são calorosos mas tem a finalidade de garantir os direitos das crianças e adolescentes do país. Com a palavra o conselheiro Edmundo reiterou todas as falas e enfatizou a fala do conselheiro Renato, disse que defende a igualdade e oportunidades, que em nome das causas expostas dá as boas-vindas, agradeceu pela presença na comissão de orçamento e finanças, pediu que seja evitado o procedimento da procrastinação onde se aprova, concorda mas não faz nada para que não se realize, que estão há quatro meses discutindo o fundo a fundo e que não tem um parecer da CONJUR sobre esta questão e espera que em sua gestão aconteça de ter boas notícias, deu boas vindas e manifestou total apoio. Com a palavra a conselheira Regina reforçou as falas anteriores, deu boas vindas e continuou frisando a importância do diálogo, o resgate de tudo o que foi construído, ressaltou a importância de seguir os fluxos para evitar desgastes e sobreposições de ações e para que o diálogo aconteça, que gostaria do empenho para que a assinatura da carta acordo do CPA acontecesse o quanto antes para que os adolescentes tenham voz e vez pois é por eles que o conselho existe e que o secretário executivo do Conanda possa ouvir e ser ouvido. Ao final das manifestações, a presidente Iolete deu as boas vindas oficial ao Lucas, disse que em relação dos fluxos vai ser marcado uma reunião para organizar e compartilhar com todos para compreensão e transparência. Continuando repassou a oportunidade ao Lucas para uma fala final que tomando a oportunidade agradeceu a todos pelas ponderações, que guardará todas as recomendações e orientações por julgar muito valiosas, destacou a fala do conselheiro Renato e disse que entrou na pauta de direitos humanos pela igualdade racial, pois foi a pauta que o encantou nos direitos humanos, que os dados de homicídios de jovens negros não é uma coincidência e sim fatos históricos que tem que ser modificado lutando contra o racismo estrutural que existe no Brasil. E retomando a oportunidade, a presidente Iolete continuou seguindo a pauta dos trabalhos. Foi interrompida pelo conselheiro Marco Antonio que lembrou a importância de conclusão da etapa com a votação. Então foi iniciado o voto de concordância ou não com a nomeação do Sr. Lucas como Secretário Executivo do Conanda, finalizada a votação, foi aceito por unanimidade.

A coordenadora da comissão Thais Dantas, compartilha a relatoria na tela e inicia a apresentação com a apresentação dos pontos de pautas.

1. Audiências por videoconferência no socioeducativo:

->Encaminhamentos:

*Solicitar a elaboração de ofício ao CNJ (ao presidente e aos conselheiros Ivana e Mario Guerreiro), ressaltando a excepcionalidade da medida de audiência por videoconferência restrita ao contexto atual de crise sanitária, de modo que com a retomada das atividades judiciais pelos estados, devem ser retomadas, também, as audiências presenciais. Deverá, também, ser solicitada a fiscalização da implementação da videoconferência no socioeducativo pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ. Por fim, deve se destacar a importância de um canal de diálogo contínuo entre CNJ e Conanda. Passar para validação, antes do envio.

*Mais adiante, refletir sobre a possibilidade de recomendação conjunta entre Conanda, CNJ e CNMP sobre audiências de apresentação e oitiva informal no socioeducativo. Primeira versão pode ser construída em parceria com GAJOP, Alana, Anced, IBCCRIM, Conectas, Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP e Comissão de Direito Infantojuvenis da OAB/SP

2. Proposta IBDFAM/FONINJ (Resoluções 313, 314 e 318).

-> Encaminhamento:

*Secretaria-Executiva deve contatar CNJ para envio do documento a fim de que Conanda possa construir posicionamento específico, com base em conteúdos produzidos previamente no tema de convivência familiar

*Visando aprimorar o fluxo entre CNJ e Conanda, Iolete indicará o interesse do Conanda participar do Foninj.

3. PLP (Projeto de Lei complementar) nº 194 de 2020.

Inicia a partir daqui a leitura da manifestação do Conanda pela aprovação do projeto de lei complementar 194 de 2020. Após a leitura, o conselheiro Edmundo sugeriu que o projeto de lei se estendesse aos fundos Nacional Estadual e Municipal devidos os contingenciamentos que estão acontecendo tal como a utilização indevida dos gestores sem passar pelos conselhos. Questionou ainda se seria possível a inclusão de outro artigo no projeto de lei sobre os recursos do fundo não precisar se submeter aos tetos dos gastos. Após várias contribuições dos demais conselheiros (as) o documento foi aprovado por unanimidade

-> Encaminhamento:

*Posicionamento pela aprovação.

*Encaminhamento para parlamentares da Câmara

*Agenda com a Deputada Leandre

4. PL 4749/2016:

->Encaminhamento:

*Estudo da proposta para construção de posicionamento sobre o assunto na próxima assembleia.

5. Contribuição para proposta em construção da Portaria sobre abuso regulatório (publicidade infantil)

->Encaminhamento:

*Minuta de posicionamento – Aprovada dezoito votos SIM e três votos NÃO

6. Apoio HC 143.988

->Encaminhamento:

*Minuta de ofício ao STF, produzido pela secretaria executiva, parabenizando pela decisão e questionando mecanismos de monitoramento da decisão, especialmente em relação à implementação de comitês locais estaduais nos tribunais de justiça, conforme recomendação 62 do CNJ, para tratar da temática do atendimento socioeducativo – Aprovado por dezenove votos SIM e três abstenções.

7. Manifestação/acompanhamento caso de intolerância religiosa

->Encaminhamentos: – Pedido de vistas pelo conselheiro Esequiel, com prazo de devolutiva até quinta feira dia 20 de agosto de dois mil e vinte

*Ofício ao presidente do CNJ e corregedoria sobre preocupação com o caso e necessidade de oitiva de criança e família prévia à inversão de guarda, ressaltando violação e a discriminação decorrentes de intolerância religiosa, a ser minutado pela Secretaria Executiva.

*Nota pública do Conanda sobre o caso [a ser encaminhado]

*Recomendação sobre enfrentamento a intolerância religiosa e impactos na infância e adolescência

Caso da menina do ES que sofreu violência sexual

->Encaminhamento:

Redação de nota sobre direito ao aborto e combate à violência sexual e de gênero, com envio a

Análise de representação conjunta.

Nota Pública colocado em votação foi aprovado por treze votos sim, três votos não, e três abstenções.

Após a aprovação da nota pública a conselheira Glicia fez um agradecimento ao Conanda pela elaboração da nota. A conselheira Thais Dantas com a palavra continuou com a pauta referente ao caso e passou para a presidente Iolete que discorreu ainda em relação o caso da criança que sofreu violência sexual. Disse que houve uma demanda de participação do Conanda produzida pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, contra a Sara Fernanda Giromini que foi quem divulgou os dados da criança em questão, a presidente disse que uma decisão dessa natureza seria discutido em assembleia para aprovação, no entanto eles tinham pressa e já fizeram a representação, mas continuou a demanda para que o Conanda se manifestasse em relação ao caso apoiando a representação, que a questão central da nota é a divulgação dos dados pessoais da criança como nome e identidade, confrontando o direito de proteção previsto no ECA, mas a demanda inicial está prejudicada pois eles já entraram com essa ação. Retornado a palavra após várias contribuições e ponderações dos demais conselheiros, a conselheira Thais ressaltou o empenho para ter um trabalho mais célere, que o fato das reuniões da comissão ser uma semana antes das assembleias ordinárias já foi um grande avanço mas que não dá conta de tudo, que precisa redigir posicionamentos complexos e com embasamentos técnicos, sendo um trabalho significativamente grande, que se conseguissem apresentar com maior antecedência seria ótimo mas não é possível, que vale pensar mais uma vez sobre a estrutura do Conanda em relação suas comissões temáticas, que muitas dessas questões seriam solucionadas com uma presença igualitária entre sociedade civil e governo nas comissões, que essa linha melhoraria até mesmo o fluxos em relação as demandas urgentes e necessárias do Conanda. A conselheira Regina com a palavra, sugeriu que o encaminhamento fosse sobre a garantia de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual como está na nota e registrou que as assembleias ainda não estão públicas conforme reza o regimento interno do colegiado. Com a palavra a conselheira Glicia, lembrou que nas comissões desde dois mil e oito existe uma luta para que o governo participe das assembleias e comissões, que a sociedade civil trabalha muito e que faz o papel de relator / assessor ao invés de receber isso de uma assessoria do Conanda deixando claro que não é atribuição do secretário executivo, disse ainda que as pautas que são encaminhadas para a comissão elas previamente são demandadas pelas comissões para a mesa diretora que tem representação governamental e portanto esse diálogo é do governo e entre os seus representantes pelo menos deve acontecer assim, como acontece entre a sociedade civil. O secretário Luca, se colocou a disposição do conselho e se comprometeu a dar celeridade na antecedência dos relatos das comissões e outros casos que possa estar auxiliando e conta com apoio que todos para o sucesso das ações. A conselheira Petrucia tomou a palavra para informar que, quanto a transmissão ao vivo das assembleias, isso já está sendo construído com a ASCOM, e que em breve as plenárias serão transmitidas, ou pelo YOUTUBE ou por um canal do FACEBOOK. O Lucas aproveitou para registrar que fez contato com o assessor especial de comunicação do Ministério ASCOM o alertando que esta demanda é urgente, está atrasada e que já devia ter sido feita, em resposta o assessor disse haver alguns mecanismos mas que há pouco tempo foi transmitida um evento do CNJ que foi transmitida pelo YOUTUBE ao vivo com uma facilidade maior, então dá pra fazermos o mesmo. A presidente Iolete retomou a oportunidade e antes do encerramento da reunião colocou em votação todo o relatório da Comissão de Políticas Públicas - CPP que foi aprovado por unanimidade, então os trabalhos do dia foram encerrados.

IOLETE RIBEIRO DA SILVA

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO

Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente